



ANO XXVII - Edição N. 20 - 09 Abril de 2018 - Fundado em 30 de março de 1989 - Distribuição Gratuita

SINTSPREV-MS

Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social em MS



**CONSELHO
FISCAL SE
REÚNE EM ABRIL**

PÁGINA 06

**PRESTAÇÃO
DE CONTAS**

PÁGINA 06

INSS DIGITAL

PÁGINAS 02 E 04

**SEMINÁRIO SOBRE
CAPEAÚDE E GEAP**

PÁGINA 07

**CAMPANHA
SALARIAL 2018**

PÁGINA 07

**SUSPENSA
CONTAGEM
DE TEMPO
INSALUBRE**

PÁGINA 05

DEM AÍ AS ELEIÇÕES DO SINTSPREV-MS

PÁGINA 03

COMEÇA NOVO CICLO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E FUNASA

PÁGINA 05

CNTSS E FENASPS PARTICIPAM DE REUNIÕES SOBRE O CGNAD NO INSS

PÁGINA 04

DEM AÍ O II ENCONTRO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DO INSS/MS

PÁGINA 08

GOVERNO BUSCA AVAL DO STF PARA AUMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE 11% PARA 14%

PÁGINA 07

SERVIDORES FEDERAIS TÊM DIREITO AO INCENTIVO FINANCEIRO DA SES/MS

PÁGINA 05



SINTSPREV-MS

DE HISTÓRIA

PÁGINA 08

EDITORIAL

INSS DIGITAL: PRESENTE DE GREGO

A promessa do INSS de atender milhões de segurados através de projetos como o INSS Digital, Teletrabalho, automação dos benefícios, dentre outros, tem sido apresentada aos servidores do órgão como grande oportunidade para melhorar suas condições de trabalho e de ficarem livres da pressão inerente ao atendimento presencial dos segurados.

Lamentavelmente, a implantação de todos esses projetos tem se caracterizado pela absoluta falta de participação prévia dos servidores e da própria sociedade. O resultado dessa intransigência se reflete em sobrecarga de trabalho, estabelecimento de metas inatingíveis, sistemas e áreas envolvidas sem interação, excesso de ferramentas tecnológicas (PRISMA, SABI, SIBE, CNIS e agora o GET), e ausência de interface entre o GET e o CNIS.

A crítica à implantação desses projetos não deve ser entendida como negação à utilização da tecnologia. Ao contrário, ela deve ser utilizada sim, mas para reduzir volume de trabalho e melhorar a vida das pessoas, tendo por propósito maior assegurar a inclusão social. Contudo, o que se verifica é que os servidores estão cada vez mais sobrecarregados, pressionados e estressados, enquanto a população, principalmente os mais carentes, vai sendo excluída do acesso aos serviços públicos.

O objetivo desses projetos, no médio prazo, é o enfraquecimento do próprio INSS, e por consequência da capacidade de luta dos próprios servidores, a exemplo do que já ocorreu com o INAMPS e com a FUNASA.

Em vez de contratar servidores, o governo investe em projetos que distanciam o INSS do cidadão, subtraindo o aspecto público da previdência. Paralelamente, os Acordos de Cooperação Técnica transferem para Prefeituras, OAB, Sindicatos e ONGs, a execução de atividades que sempre foram exclusivas de servidores concursados do INSS.

Enfim, tecnologia e servidores estão sendo usados para, progressivamente, pulverizar e diluir as atribuições institucionais e por consequência, levar à futura extinção do próprio INSS.

O objetivo final de todo esse processo é transferir a gestão dos recursos financeiros da Previdência das mãos do Estado para o grande capital financeiro, representado por bancos, seguradoras e planos de previdência privada.

ACONTECEU



DE 27/02 A 02/03/2018, em Brasília-DF, a 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde. O evento contou com cerca de dois mil participantes e teve como tema "Vigilância em Saúde: Direito, Conquistas e Defesa de um Sistema Único de Saúde (SUS) Público de Qualidade".

Mato Grosso do Sul participou com uma delegação de 44 pessoas, dentre elas a diretora do SINTSPREV-MS, Luzia Japira Alves Pereira, que representou também a CNTSS/CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social), da qual é membro do Conselho Fiscal.

DE 13 A 17 DE MARÇO DE 2018, em Salvador-BA, o Fórum Social Mundial (FSM), tendo por tema central "Povos, Territórios e Movimentos em Resistência".

O Fórum (FSM) é um evento que envolve movimentos sociais de várias partes do mundo e surgiu exatamente para se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos (Suíça), criado em 1971 para defender as políticas neoliberais em todo mundo.

Além da diretora do SINTSPREV-MS, Luzia Japira Alves Pereira, diversos servidores da base do SINTSPREV-MS participaram do evento, representando outras entidades. Durante cinco dias cerca de mais de 50 mil pessoas, representando mais de 100 países, debateram as alternativas e estratégias de enfrentamento ao neoliberalismo mundial, que vem destruindo os direitos sociais dos povos de diversos países.

DIAS 10 E 11 DE MARÇO DE 2018, em Brasília-DF, a Plenária Nacional da FENASPS. O SINTSPREV-MS não participou diretamente do evento porque recebeu a convocatória somente na tarde do dia 09/3, véspera da Plenária. Os relatórios com as deliberações do encontro estão disponíveis no site eletrônico da Fenasps (<http://www.fenasps.org.br>).

DIAS 17 E 18 DE MARÇO DE 2018, em Recife-PE, a Plenária Nacional dos Federais da CNTSS-CUT, quando foram discutidas e definidas estratégias e propostas que deverão nortear as ações da CNTSS para o próximo período.

SINTSPREV-MS

Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais em Saúde, Trabalho,
Previdência e Assistência Social em Mato Grosso do Sul.

Rua Salim Maluf nº69 - Bairro Bandeirante
CEP 79006-450 - Campo Grande-MS
sintsprev-ms@sintsprev-ms.org.br

TELEFONE FIXO (67) **3028-1057** VIVO

CELULARES

GERAL (67) **98218-0031** VIVO

JURÍDICO (67) **98218-0030** VIVO

WWW.SINTSPREV-MS.ORG.BR

FENASPS CUT

ATENÇÃO: VEM AÍ AS ELEIÇÕES DO SINTSPREV-MS

PRAZO PARA CONFIRMAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS VENCE EM MAIO

De acordo com o Regimento Eleitoral do Sindicato, somente os filiados que **confirmarem seus dados até o final do mês de maio/2018**, no site eletrônico do SINTSPREV-MS, poderão votar na eleição para escolha da nova diretoria, prevista para os dias 25 e 26/06/2018.

De acordo com as novas regras, a votação será realizada exclusivamente pela internet. Para votar, basta um computador ou mesmo um celular com acesso à internet.

Para confirmar ou alterar os dados cadastrais, é necessário acessar o site eletrônico (www.sintsprev-ms.org.br) e clicar na opção “ÁREA DO SINDICALIZADO”. Após isso, é necessário digitar o número do CPF, clicar “Enter” e aguardar aparecer o cadastro pessoal no visor na tela, quando será possível verificar se todos os dados estão corretos. Caso não estejam, basta digitar os dados corretos para fazer a substituição.

Lembramos que ao fazer a atualização dos dados, é necessário informar um e-mail para que na época da eleição, a Comissão Eleitoral possa enviar a senha para votar.

Após certificar-se que todos os dados estão corretos, é necessário clicar na opção “CONFIRMAR”, na parte final da página. Pronto! Depois é só aguardar a senha para votar, que será enviada pela Comissão Eleitoral, poucos dias antes da eleição, para o e-mail constante no cadastro.

Ao acessar seu cadastro, por meio do seu CPF, caso o sistema eletrônico exiba a mensagem “Dados de acesso inválidos!”, é necessário entrar em contato com a Secretaria do Sindicato, através dos telefones (67) 3028.1057 ou 98218.0031, ambos da operadora Vivo, e informar a ocorrência. Esses números de telefones também podem ser utilizados para obter outros esclarecimentos.

As pessoas que tiverem dificuldade com o processo eletrônico podem pedir ajuda aos filhos, netos, amigos ou colaboradores de sua confiança, para confirmar/atualizar seus dados cadastrais e até mesmo para votar, desde que resguardem o sigilo do voto. Na sede do Sindicato também haverá computadores que ficarão à disposição dos filiados para efetuar a atualização cadastral e também nos dias da eleição.

Tendo em vista que a eleição está prevista para o mês de junho próximo, reiteramos que apenas os (as) filiados (as) que confirmarem seus dados cadastrais no site eletrônico do Sindicato **até o final de maio/2018**, poderão votar. Portanto, não deixe para a última hora.

Faça agora mesmo a sua confirmação.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO

A Diretoria Colegiada Estadual - DCE, em conformidade com o Art. 2º do Regimento Eleitoral, observado o disposto do Art. 4º do Estatuto Social do SINTSPREV-MS, **CONVOCA** os filiados a participarem do processo eleitoral para eleição da Diretoria Colegiada Estadual, gestão 2018/2021, a ser realizada nos **dias 25 e 26 de junho de 2018**, no horário ininterrupto compreendido das 08h00min do primeiro dia até às 18h00min do segundo e último dia. Nos termos do **Art. 51º**, do Regimento Eleitoral, a forma de captação, apuração e resultado da votação será exclusivamente eletrônica.

Em conformidade com o § 1º, do Art. 2º do mesmo Regimento, fica **CONVOCADA** também a realização de Assembleia Geral para eleição da Comissão Eleitoral, a ser realizada às 13h30min. **do dia 14 de abril de 2018**, na sede do Sindicato, localizada à Rua Salim Maluf, nº 69, Bairro Vila Bandeirantes, Campo Grande-MS.

Campo Grande - MS, 09 de abril de 2018.

**Direção Colegiada Estadual
SINTSPREV - MS**

CNTSS E FENASPS PARTICIPAM DE REUNIÕES SOBRE O CGNAD/INSS

Representantes da CNTSS-CUT e da FENASPS participaram nos dias 07 e 19/03/2018, em Brasília, na sede do INSS, de reuniões do CGNAD (Comitê Gestor Nacional de Avaliação de Desempenho), para definição dos indicadores de mensuração relativos ao 18º e 19º ciclos da avaliação de desempenho da GDASS (Gratificação de Desempenho de Atividades do Seguro Social).

Os representantes do INSS deixaram claro que é essencial a implantação do INSS Digital e informaram que o Ministério do Desenvolvimento Social e a CGU (Controladoria Geral da União) estão pressionando para a definição de um índice.

Os representantes dos trabalhadores afirmaram que condições adversas para a implantação do Programa colocavam em risco a mensuração correta dos indicadores propostos pelo INSS. Os sindicalistas argumentaram que a defasagem no quadro de servidores, somada a precarização da estrutura e as dificuldades operacionais da própria implantação do INSS Digital, impedem a definição de qualquer índice.

Ressaltaram ainda a falta de um planejamento realista e de uniformidade de ações entre as Superintendências Regionais (SR) e Gerências Executivas (Gex) para o desenvolvimento do INSS Digital. Outro agravante mencionado pelos dirigentes sindicais foi a inexistência de planejamento financeiro para investimento em recursos humanos e infraestrutura nas Agências.

Em decorrência desse quadro, os dirigentes sindicais sugeriram encaminhar uma Minuta de Portaria sobre GDASS para que não haja aplicação dos efeitos financeiros do atual ciclo (18º) e nos próximos (19º e 20º), pois os servidores não podem arcar com decisões estratégicas equivocadas tomadas pelo governo.

Também foi indicada a criação de Grupo de Trabalho no âmbito do INSS, supervisionado pelo CGNAD, com a participação de representação dos servidores para estudar os novos indicadores; e avaliação das propostas levando sempre em consideração o novo modelo de atendimento. Novas reuniões devem acontecer durante o mês de abril.



CARREIRA DO SEGURO SOCIAL

Durante a Plenária Nacional da Fenasps, realizada em Brasília-DF, no dia 10/03/2018, foi discutida proposta de reivindicação visando transformar os cargos do Seguro Social em cargos de nível superior. A proposta não chegou a ser aprovada, porém ficou decidido instalar um Grupo de Trabalho para discussão da Carreira, cargos e salários, com objetivo de resgatar e atualizar a proposta já existente, para apresentar ao governo no processo de campanha salarial, com prazo máximo de até 90 dias.

Ficou definida também a convocação de reunião dos integrantes do Grupo de Trabalho do Seguro Social para aprofundar estudos sobre as consequências do projeto INSS Digital.

FENASPS VAI DENUNCIAR INSS DIGITAL

A Fenasps pretende deflagrar campanha publicitária, denunciando o projeto INSS Digital. Na avaliação dos participantes da Plenária, realizada no dia 10/03/2018, o Projeto INSS Digital, vem para dificultar o acesso da classe trabalhadora à aposentadoria, retirando a responsabilidade do governo pelo atendimento aos segurados.

Os participantes da Plenária também se posicionaram contra os Acordos de Cooperação Técnica que o INSS está firmando com instituições não governamentais, como OAB, Cartórios, Sindicatos e Prefeituras, para que estas prestem serviços hoje sob a responsabilidade do INSS.

Tais acordos, além de enfraquecer o órgão, limitarão o alcance da prestação do serviço e a gratuidade destes, que poderão ser livremente cobrados pelas instituições conveniadas. Ou seja, o trabalhador terá que pagar para que as instituições conveniadas prestem os serviços que hoje são oferecidos pelo INSS.

SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE TÊM DIREITO AO INCENTIVO FINANCEIRO DA SES/MS

Os servidores federais, ocupantes dos cargos de Agente de Saúde Pública e Guarda de Endemias, que atuam em atividades relacionadas à visita domiciliar ou Educação em Saúde, também têm direito ao Incentivo Financeiro Estadual, repassado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES/MS) às Secretarias Municipais de Saúde, com o objetivo de combater o vetor *Aedes aegypti*.

Para fazer jus ao Incentivo, criado pela Lei Estadual nº 4.841/2016, os Agentes de Saúde precisam assinar o Termo de Adesão individual e estar cadastrados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), no qual devem ser inseridas suas metas e mensalmente lançados os dados relativos às atividades desenvolvidas.

O valor mensal integral do Incentivo, em 2018, será de 50% do salário mínimo nacional vigente, o que corresponde a R\$ 477,00. Os servidores que não cumprirem as metas dos indicadores de produção, estabelecidas na resolução nº 17/2016 da CIB/SES/MS, receberão apenas 14,55% do valor do salário mínimo o que corresponde a R\$ 138,80.

Já os servidores que atuam em funções de Supervisor ainda não tiveram reconhecido o direito ao recebimento do Incentivo. Proposta nesse sentido chegou a ser aprovada internamente na SES/MS, mas não foi submetida à apreciação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), em razão da reivindicação de inclusão de outras categorias profissionais, o que extrapolaria a previsão orçamentária para 2018.

COMEÇA NOVO CICLO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E FUNASA

Já teve início o 8º ciclo de avaliação de desempenho dos servidores da Funasa e do Ministério da Saúde, inclusive cedidos a Estado e municípios, que será realizado no período de 1º/04 a 31/05/2018.

As gratificações de desempenho são pagas com base na avaliação de desempenho individual de cada servidor, somada ao resultado da avaliação institucional.

Conforme o disposto no Art. 15º, do Decreto nº 7.133/2010, cabe à chefia imediata do servidor a responsabilidade direta por sua avaliação de desempenho. A não realização da avaliação de desempenho individual dentro do prazo estabelecido acarreta interrupção do pagamento das gratificações.

A direção do SINTSPREV-MS orienta os servidores a verificar junto às suas chefias imediatas, se estas já receberam orientação sobre o assunto, e se necessário entrar em contato com a área de Gestão de Pessoas do seu órgão para obter os esclarecimentos necessários.

INTERAGINDO COM A CATEGORIA

No mês de março foram realizadas assembleias nas regiões leste, norte e parte da região sul do estado. Ao longo do mês de abril ainda serão realizadas reuniões em Três Lagoas, Ponta Porã e região da Grande Dourados. Após isso, serão realizadas visitas aos principais locais de trabalho da Capital.

O objetivo da atividade é levar informações à categoria a respeito da Campanha Salarial, planos de saúde, principais processos judiciais do Sindicato e esclarecer a respeito da votação, via internet, na eleição para a nova diretoria do Sindicato, que será realizada em 25 e 26/06/2018.

TEMPO INSALUBRE CELETISTA

E a novela da contagem do tempo especial insalubre, do período celetista dos servidores da FUNASA e do Ministério da Saúde, continua! O último capítulo é o Ofício da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, do Ministério da Saúde, comunicando “que, até que a Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento conclua os estudos dos novos requisitos para a comprovação do tempo laborado em condições especiais ou até a reversão da decisão judicial, os novos requerimentos para conversão de tempo especial em comum com fundamento na ON nº 15/2013 ou os processos nos quais não têm decisões conclusivas devem ficar **SOBRESTADOS** em atenção ao Ofício Circular nº 37/2018-MP, que suspende os efeitos do Capítulo II da Orientação Normativa nº 15, de 2013.”. Ou seja, a **utilização do tempo Insalubre do período celetista**, mais uma vez, **está suspensa**.

As aposentadorias concedidas a servidores que utilizaram o tempo especial insalubre do período celetista, até hoje não foram homologadas pela CGU/MS, o que só deve ocorrer após a expedição de nova Instrução Normativa pelo Ministério do Planejamento.

Já pensando no próximo capítulo dessa novela interminável, a direção do SINTSPREV-MS encaminhou documento às entidades nacionais de representação da categoria, solicitando que estas apressem o governo a expedir documento que equacione definitivamente e satisfatoriamente o assunto.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Apresentamos abaixo resumo dos valores arrecadados e dos gastos do Sindicato nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018.

PRESTAÇÃO DE CONTAS	MARÇO	FEVEREIRO	JANEIRO
RECEITAS/CRÉDITOS	R\$	R\$	R\$
Receita Mensalidades Filiados	62.000,96	64.260,65	62.198,11
Devolução cobrança indevida TIM celulares	-	316,36	-
Total despesas pagas no mês	46.681,28	65.758,63	50.370,98
Saldo bancário (aplicado) ao final do mês	75.625,92	60.021,56	60.991,32
DESPESAS PAGAS NO MÊS	MARÇO	FEVEREIRO	JANEIRO
Assessoria de Imprensa - jornalista	1.750,00	1.750,00	1.750,00
Assessoria de Informática	1.900,00	1.900,00	1.900,00
Assessoria Jurídica	7.350,00	7.350,00	7.350,00
Atividades Sindicais contra Reforma da Previdência	-	1.016,15	-
Combustível - atividades sindicais	580,06	869,10	153,30
Combustível - viagens interior - assembleias	1.033,07	-	-
Conserto Ar Condicionado (placa)	440,00	-	-
Correios	2.481,10	2.894,85	503,20
Custas processuais	150,00	678,15	-
CUT	9.580,54	4.790,27	9.580,54
Dia Internacional das Mulheres - flores homenagem	1.317,00	-	-
Diretoria Regional Norte (Rio Verde)	-	-	179,55
Diretoria Regional Sul (Dourados)	4.058,34	2.918,78	739,46
Diretoria Regional Leste (Três Lagoas)	232,00	301,26	13.925,39
Diarista - limpeza	480,00	360,00	360,00
Escritório de Contabilidade	1.195,00	1.195,92	-
Estacionamento	40,00	-	-
FENASPS - contribuição estatutária não descontada em folha	-	1.638,64	-
FGTS	508,34	1.049,61	-
Gráfica - Jornal	-	3.100,00	-
Hospedagem - viagens interior - assembleias	2.920,00	-	-
Hospedagem - eventos nacionais	1.090,00	400,00	1.000,00
IEL (dívida referente ao ano de 2013)	67,64	-	-
INSS	2.311,62	4.773,84	-
Licenciamento/2018 veículo Etios-sedan	-	-	179,55
Manutenção prédio (água, luz, alarme, fechadura e cópia/chave).	938,86	848,45	1.519,78
Material escritório/informática	58,99	336,45	-
Material Limpeza e cozinha	-	-	649,00
Passagens aéreas	-	1.830,67	847,95
Pedágios rodoviários	100,90	-	-
Programa Informática Eleições Eletrônica - quitação	-	3.998,01	1.332,67
Recolhimento mensalidade sindical funcionárias (Sintes)	53,18	58,13	58,13
Realização de Assembleia Estadual	-	535,07	-
Reforma Sede - projeto hidro sanitário, elétrico e segurança.	-	-	7.500,00
Reforma sede (engenheiro)	-	3.816,00	-
Renovação Seguro Veículo (Etios Sedan)	-	2.638,15	-
Restituição mensalidade sindical - desconto indevido	-	288,72	-
Reunião Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador - Cist	205,90	-	-
Reunião Aposentados	-	-	316,89
Reunião DCE	-	2.260,37	-
Salários de Funcionárias	4.686,00	11.165,00	-
Taxas bancárias	73,40	113,85	71,00
Taxas Prefeitura Municipal Campo Grande	283,07	-	-
Telefone fixo e celulares	800,57	883,19	454,57
TOTAL	46.685,58	65.758,63	50.370,98

CONSELHO FISCAL SE REÚNE EM ABRIL

Ao final da análise individual dos balancetes e comprovantes de despesas mensais do Sindicato, cada membro titular do Conselho Fiscal expede seu parecer pessoal quanto à regularidade ou não da prestação de contas. Após isso, semestralmente, os membros titulares do Conselho Fiscal se reúnem para debater suas análises e elaborar o Parecer final conjunto.

Qualquer filiado que tiver interesse pode acompanhar os trabalhos dos Conselheiros, que estarão reunidos na sede do Sindicato, no dia 14/04/2018, a partir das 08 horas, para análise e elaboração de Parecer final sobre as contas da atual gestão, compreendendo o período de setembro/2017 a março/2018.

JURÍDICO

ANUÊNIOS/FUNASA: Em setembro de 2017, o Sindicato apresentou ao juiz da 2ª Vara da Justiça Federal de MS, os Termos de Concordância dos Valores, assinados pelos servidores que integram o processo nº 0009623-72.2004.4.03.6000.

Após isso, a única coisa que falta é o juiz determinar o pagamento. Os Advogados do Sindicato já foram pessoalmente ao setor responsável pela expedição das Requisições de Pagamento (RPV), e se até meados de abril/2018, estas não começarem a ser expedidas, conversarão diretamente com o juiz para pedir a adoção das providências cabíveis.

28% EX-INAMPS: Os Advogados do Sindicato estão na fase final de elaboração dos cálculos, que serão apresentados ainda em abril/2018. Após isso, o juiz deve intimar a AGU, estabelecendo um prazo para que esta se manifeste e apresente os cálculos que entender corretos.

Concluída tal etapa, o juiz decidirá qual dos dois cálculos está correto e determinará o pagamento, bem como definirá a respeito da incorporação ou não do percentual na remuneração dos integrantes do processo.

CAMPANHA SALARIAL

O primeiro encontro entre os representantes dos Servidores Públicos Federais com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), realizado em março, não apresentou nenhum avanço na pauta da Campanha Salarial 2018.

Entre as reivindicações, consta a correção das perdas salariais acumuladas nos últimos anos (25,63%), a revogação do decreto que extingue cargos e suspende concursos, o aumento do percentual per capita de repasse da União ao plano de saúde dos servidores, dentre outros.

Apesar de afirmarem que o canal de diálogo está aberto, os representantes do governo afirmaram ser improvável atender qualquer reivindicação que tenha impacto financeiro, devido às limitações impostas pela Emenda Constitucional nº 95, que congelou os gastos públicos.

O Planejamento sinalizou com a possibilidade de montar um calendário de reuniões para discutir as prioridades das reivindicações que não impliquem em aumento de despesa e se comprometeu a entrar em contato para definir uma nova reunião para tratar desses temas.

Para os representantes das entidades sindicais, a reunião demonstrou claramente que o governo não tem a menor intenção de negociar. Somente uma grande mobilização dos servidores, com repercussão política e nos meios de comunicação, poderá fazer o governo negociar de fato.

SEMINÁRIO SOBRE CAPESAÚDE E GEAP

A FENASPS realizou no dia 6 de março de 2018, em Brasília-DF, o seminário "A Saúde Complementar dos Servidores Públicos Federais no cenário atual e suas perspectivas".

A Assessoria Jurídica Nacional da FENASPS destacou a dificuldade de obter decisões judiciais contra os reajustes feitos pelos planos de autogestão em decorrência do recentemente julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que decidiu pela não aplicação do Código de Defesa do Consumidor às relações jurídicas estabelecidas por pessoas físicas com os planos de saúde da modalidade de autogestão, como é o caso da Capesaúde e da Geap.

Na decisão, os Ministros do STJ entenderam que a forma de autogestão do plano de saúde, possibilita a participação de representantes dos usuários na administração do plano, legitimando as decisões por eles adotadas e que em razão disto não se poderia classificar como abusiva as consequências advindas destas resoluções.

Diante deste cenário bastante desastroso foram aprovadas as seguintes propostas:

- Defesa do SUS e campanha em defesa da saúde pública de qualidade para toda a população;
- Aplicação do valor de, no mínimo, 50% per capita da UNIÃO para a manutenção dos planos de saúde dos servidores;
- Fim da reserva técnica para os Planos de Saúde de Autogestão;
- Democratização da gestão dos Planos de Saúde de Autogestão com administração sob o controle dos usuários.

Governo busca aval do STF para aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%

O governo Temer tenta acelerar o julgamento da ação que trata da Medida Provisória (MP) 805/2017, que teve seus efeitos suspensos por uma liminar concedida em dezembro do ano passado, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, movida pelo Psol.

A MP 805/2017, foi editada por Temer para, dentre outros, elevar de 11% para 14%, a alíquota do desconto do Plano de Seguridade Social (PSS) dos servidores federais ativos e inativos que ganham acima de R\$ 5.645,80.

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu à Presidência do Supremo, prioridade na análise do processo, mas ainda não há data para o tema ir ao Plenário da Corte.

Se o Supremo Tribunal Federal derrubar a liminar, a União pretende adotar de imediato o aumento da contribuição, que de acordo com dados do Ministério do Planejamento, atingiria 711.446 servidores do Executivo Federal, sendo 472.597 em atividade e 238.849 aposentados.

VEM AÍ O II ENCONTRO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DO INSS/MS

Com o objetivo de definir as estratégias para o enfrentamento da conjuntura dos serviços previdenciários, mais especificamente o Serviço Social e Reabilitação Profissional, o SINTSPREV-MS promove o II Encontro Estadual de Assistentes Sociais do INSS, em Mato Grosso do Sul.

Para a idealizadora do Encontro, Fernanda Cristina Favero Guelli Puerta, representante de Mato Grosso do Sul junto à Comissão Nacional de Assistentes Sociais da FENASPS, “será um debate riquíssimo para entender o que está acontecendo e, principalmente, o que vem por aí no INSS”.

Palestrantes de outros estados estarão presentes para trazer subsídios à discussão, que abordará particularidades da implantação da proposta do INSS Digital e os impactos nos trabalhos do Serviço Social previdenciário e na Reabilitação Profissional.

Durante o debate serão abordados também aspectos relativos à postura da ANMP (Associação Nacional de Médicos Peritos), estruturação e autonomia dos servidores lotados na reabilitação profissional e serviço social na produção e elaboração de suas atividades, dentre outros.

O evento será realizado no dia 04 de maio de 2018, a partir das 08 horas, na sede do Sindicato, localizado à Rua Salim Maluf nº 69, Bairro Vila Bandeirantes, em Campo Grande-MS, e é aberto à categoria.



O 1º Encontro Estadual de Assistentes Sociais do INSS, em Mato Grosso do Sul, foi realizado em abril de 2017, na sede do SINTSPREV-MS

29

anos

SINTSPREV-MS DE HISTÓRIA

Fruto da transformação da Associação dos Servidores da Previdência Social em Mato Grosso do Sul (ASPS/MS) em Sindicato, há 29 anos nasce o nosso SINTSPREV-MS.

A ASPS/MS, que representava os servidores dos extintos INPS, INAMPS e IAPAS, foi fundada em 11 de agosto de 1984. Seu primeiro presidente, eleito em 18 de janeiro de 1985, foi BEMILDES JOSÉ DA SILVA FILHO, servidor do então INAMPS.

Durante o III Congresso Estadual dos Servidores da Previdência Social, realizado de 30 de março à 02 de abril de 1989, no Colégio Mangueiral, em Corumbá-MS, foi aprovada a alteração da denominação de ASPS/MS para Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais em Saúde e Previdência em

Mato Grosso do Sul (SINTSPREV-MS).

Em 1990, ocorreu a absorção da ASESU (Associação dos Servidores da SUCAM). Ao longo dos anos, em decorrência das alterações nos órgãos governamentais, o SINTSPREV-MS passou a representar também os servidores federais do Ministério do Trabalho e da Assistência Social.



Apesar de sua longa existência, somente em 14/03/2016, o SINTSPREV-MS obteve seu Registro Sindical junto ao Ministério do Trabalho, quando foi reconhecido e declarado representante oficial único dos Trabalhadores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social em Mato Grosso do Sul (ativos e aposentados).

De sua origem (ASPS) aos dias atuais, são praticamente 34 anos, sendo 29 só de Sindicato. À todos (as) que direta ou indiretamente, de forma pública ou anônima, ao longo desses anos contribuíram positivamente para a construção dessa entidade, nossa mais sincera gratidão.

E a luta continua...